



RELAÇÃO Nº 84/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)  
Companhia Matogrossense de Mineração-metamat - 869609/96, 867547/95, 867550/95, 869609/96, 867548/95  
de Jorge Mineradora Ltda - 866373/99

RELAÇÃO Nº 85/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/Área disponível (6.50)(3.28)  
Ouro Brasil Mineração Ltda - 867114/05

RELAÇÃO Nº 86/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)  
Jorge Ribeiro Guimarães - 866071/02 - A.I. 814/06  
Mauro Antonio Bento - 866287/98 - A.I. 816/06

RELAÇÃO Nº 1/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)  
Noedir José Karam Marcondes - 866145/03, 866144/03, 866142/03  
Osvaldo Masson - 866385/03  
Palmerio Jeronimo de Oliveira - 866649/03  
Sebastião Antunes de Oliveira - 866375/03  
Transterra MIN. e MAT. Para Construção Ltda - 866413/03, 866409/03  
Vanguarda Mineração e Comércio Ltda - 866449/03, 866451/03

RELAÇÃO Nº 2/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)  
Devora Ghensev Barberan - 866674/05 - A.I. 1/07  
Minascal Calcário e Derivados Ltda - me - 866637/03 - A.I. 2/07

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

15º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE  
RELAÇÃO Nº 43/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/Área disponível (6.50)(3.28)  
Alan Agra Alexandre - 846028/04

Antenor Rocha Pinto - 846011/06, 846187/04, 846188/04, 846189/04, 846191/04  
George Arraes Feliciano - 846241/05  
Minérios e Metais do Nordeste LTDA. - 846126/04, 846127/04, 846128/04  
Terezinha Francisca de Moura - 846032/06

JORGE ROBERTO DE OLIVEIRA CABRAL

20º DISTRITO

DESPACHOS DA CHEFE  
RELAÇÃO Nº 2/2007

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA  
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)  
a. g. Vianna - Firma Individual - 896390/01 - A.I. 610/06  
Allex Gomes Nunes - 896289/01 - A.I. 601/06  
Antonio Roberto Pereira Gomes - 896301/01 - A.I. 602/06  
Bramagran - Brasileiro Mármore e Granito LTDA. - 896385/01 - A.I. 607/06  
Cerâmica Gatti Ltda - 896377/99 - A.I. 596/06  
Ernesto Herbert Loewen - 896104/95 - A.I. 583/06  
Everton Santolin - 896395/01 - A.I. 611/06  
Gilmar da Silva Fidélis - 896264/01 - A.I. 600/06  
Gracol Granitos Corumbá Ltda - 896261/98 - A.I. 592/06  
Gramabel- Granitos e Mármore Bergamin Ltda - 896388/01 - A.I. 609/06, 896387/01 - A.I. 608/06  
Granitos Fortaleza Ltda - me - 890949/94 - A.I. 581/06, 890083/86 - A.I. 575/06  
Granitus - Mármore e Granitos do Brasil LTDA. - 896382/01 - A.I. 605/06  
Hermes Alves de Oliveira - 896399/01 - A.I. 612/06  
João Carlos Leite - 896375/01 - A.I. 603/06  
Laurindo Cardoso de Almeida - 896379/01 - A.I. 604/06  
Maxwell Orlandi - 896246/01 - A.I. 599/06  
Mineração Aracui Ltda - 896192/99 - A.I. 593/06  
Mineração Casa Branca Ltda - 890711/89 - A.I. 576/06  
Mineração Gramobel Ltda - 896204/01 - A.I. 598/06  
Mineração Rocha Viva LTDA. - 896383/01 - A.I. 606/06  
Mineração Serra Negra Ltda - 896707/95 - A.I. 586/06, 896729/95 - A.I. 587/06, 890839/94 - A.I. 578/06  
Minerbraz - Importação e Exportação LTDA. - 896360/99 - A.I. 595/06  
Neugramar Granitos LTDA. - 896869/95 - A.I. 590/06, 896203/95 - A.I. 584/06, 890929/94 - A.I. 580/06, 890918/94 - A.I. 579/06, 896235/97 - A.I. 591/06, 896195/99 - A.I. 594/06, 896030/95 - A.I. 582/06, 896531/95 - A.I. 585/06, 896763/95 - A.I. 588/06  
Pemagran Pedras Mármore e Granitos LTDA. - 890236/92 - A.I. 577/06  
Rogério Pevidor Dias - 896147/01 - A.I. 597/06  
Santa Rita Granitos LTDA. - 896764/95 - A.I. 589/06

IZABEL CRISTINA POZZATO TEIXEIRA NEVES  
Substituta

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL  
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 274, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12/11/1991, e tendo em vista o que consta do Processo Inmetro nº 52600.005546/2005, resolve:

Aprovar o modelo MULT SENSOR, de medidor de velocidade para veículos automotores, marca TECDET, bem como as instruções que deverão ser observadas quando da execução das verificações metrológicas, de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico anexo à Portaria Inmetro nº 115, de 29 de junho de 1998.

MAURÍCIO MARTINELI RÉCHE  
Substituto

SUPERINTEDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

RESOLUÇÃO Nº 310, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 224ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2006, na cidade de Manaus/AM, aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 225/2006-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de conjunto eixo de transmissão para veículo de duas rodas, triciclo e quadriciclo; partes e peças estampadas e/ou formatadas para ciclomoteres, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos e partes e peças usinadas para ciclomoteres, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO  
Superintendente

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 145, DE 4 DE JANEIRO DE 2007

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 26 da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº 5.718, de 13 de março de 2006, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA n.º 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando as disposições da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e do Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamentou;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos administrativos referentes a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, prevista no art. 21 do SNUC e regulamentada pelo Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC no processo Ibama n.º 02001.000825/2001-86, resolve:

Art.1º A pessoa física ou jurídica interessada em criar Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN deverá apresentar, nas Superintendências Estaduais do IBAMA, os seguintes documentos:

I - Requerimento ao IBAMA, solicitando a criação da RPPN, na totalidade ou em parte do seu imóvel, segundo o modelo do Anexo I, e na forma seguinte:

a) O requerimento relativo a propriedade de pessoa física deverá conter a assinatura do proprietário, e do cônjuge ou companheiro de união estável, se houver;

b) O requerimento relativo a propriedade de pessoa jurídica deverá ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis, conforme seu ato constitutivo e alterações posteriores; e

c) quando se tratar de condomínio, todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração por instrumento particular.

II - cópia autenticada das cédulas de identidade dos proprietários; do cônjuge ou companheiro; do procurador, se for o caso, e do representante legal quando se tratar de pessoa jurídica;

III - cópia autenticada dos atos constitutivos e suas alterações, no caso de requerimento relativo a área de pessoa jurídica;

IV - certidão do órgão do Registro de Empresa ou de Pessoa Jurídica, indicando a data das últimas alterações nos seus atos constitutivos;

V - certidão negativa de débitos relativos ao imóvel expedida pelo órgão de administração tributária competente;

VI - certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR;

VII - título de domínio do imóvel no qual se constituirá a RPPN, com a respectiva descrição dos limites contida na certidão comprobatória de matrícula e no seu respectivo registro.

VIII - certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a RPPN, indicando a cadeia dominial trintenária ou desde a sua origem;

IX - planta impressa da área total indicando os limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART remetido e, se possível, também em meio digital.

X - memorial descritivo impresso dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART, remetido e, se possível, também em meio digital; e,

XI - Termo de Compromisso assinado pelo requerente (modelo anexo II).

Parágrafo único: A instrução processual deverá observar a mesma ordem documental listada no art. 1º.

Art. 2º - Estando a documentação incompleta, o proprietário terá um prazo de 30 dias para providenciar o restante da mesma findo o qual, o processo será arquivado e, em caso de nova solicitação, será reaberto novo processo.

Parágrafo único - Os documentos atualizados do processo aberto poderão ser utilizados no novo processo.

Art. 3º- O processo deverá ter suas folhas numeradas sequencialmente e rubricadas e a autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo na forma do artigo 22 §§ 3º e 4º da Lei nº 9.784/99

Art. 4º O prazo para a verificação documental é de 05 dias, findo o qual o processo deverá ser encaminhado à Divisão Jurídica da Superintendência Estadual para análise dos aspectos legais.

§ 1º A Divisão Jurídica da Superintendência terá um prazo de 15 dias para analisar os aspectos jurídicos da documentação apresentada pelo proponente e, sendo favorável, remeterá ao técnico responsável.

§ 2º- O parecer jurídico deverá ser conclusivo informando se a documentação apresentada pelo proprietário está de acordo com as exigências do Decreto nº 5.746/2006 bem como se as informações constantes no requerimento e no termo de compromisso coincidem com a documentação apresentada.

§ 3º - Visando facilitar a redação técnica da portaria de criação da RPPN, o parecer jurídico deverá mencionar o(s) nome(s) do proprietário(s), o número do registro, matrícula, livro, folhas (ficha), data do registro, nome da comarca e área do imóvel.

§ 4º Havendo exigências legais complementares no parecer jurídico, o processo será encaminhado ao técnico responsável para comunicar ao proprietário, que terá um prazo de 30 dias, para providenciar a solução das pendências findo o qual, o processo será arquivado.

Art. 5º O técnico responsável pelas RPPN na Superintendência do IBAMA nos Estados procederá as seguintes etapas para a criação da RPPN proposta.



I - Vistoria técnica na área proposta como RPPN:  
a) o técnico, no prazo de trinta dias a contar da data do parecer jurídico, realizará a vistoria na área solicitada para a criação da RPPN, preenchendo o formulário, anexo III.  
b) o proprietário deverá ser oficializado sobre o laudo técnico da vistoria; e,  
c) Em caso de parecer desfavorável, o processo será arquivado.  
II - Consulta pública da proposta de criação da RPPN:  
a - oficializar o órgão estadual de meio ambiente do Estado, onde se situa a área proposta;  
b - encaminhar ofício para a prefeitura do município que abrange a área da RPPN;  
c - enviar extrato da intenção da proposta de criação da RPPN para o Diário Oficial da União, modelo do extrato anexo IV.  
d - enviar resumo da proposta de criação da RPPN indicando os aspectos mais relevantes, bem como localização da mesma, endereço e e-mail para recebimento de manifestações, para publicação no site do IBAMA - consulta pública; e,  
e - o prazo para manifestação sobre a criação da RPPN é de 15 dias, a partir da data de publicação do extrato da proposta de criação da RPPN no Diário Oficial da União.  
III - elaboração da minuta da portaria de criação da RPPN, conforme modelo anexo V.  
IV - Concluídas as etapas anteriores o processo será remetido à Diretoria de Ecossistemas / DIREC  
Art. 6º A DIREC procederá a análise conclusiva da documentação apresentada e emitirá um parecer técnico no prazo de 10 dias  
§ 1º Se a documentação não atende as especificações listadas no art. 1º o processo será devolvido a Superintendência de origem do processo, para que sejam adotadas as medidas previstas no Art. 2º.  
§2º O processo será encaminhado a Procuradoria Geral do IBAMA para análise da minuta da portaria de criação da RPPN  
Art. 7º A Procuradoria Geral do IBAMA realizará a análise final da documentação, emitindo parecer conclusivo, referendando a minuta da portaria e devolvendo o processo à DIREC no prazo de 15 dias.  
Parágrafo único. Constatada, pela PROGE, alguma irregularidade, o processo será enviado pela DIREC à Superintendência de origem, para que sejam adotadas as medidas previstas no Art. 2º.  
Art. 8º - O Diretor de Ecossistemas, no prazo de cinco dias, assinará ofício ao proprietário informando que o requerimento de criação da RPPN foi deferido, podendo proceder a averbação da RPPN à margem da escritura no Cartório de Registro de Imóveis, mediante apresentação do ofício e do Termo de Compromisso.  
§ 1º O Termo de Compromisso deverá conter as assinaturas do Diretor de Ecossistemas e do proprietário ou representante legal e deverá ser averbado no prazo de 30 dias a contar do recebimento do ofício findo o qual o processo será arquivado.  
§2º O Termo de Compromisso, devidamente averbado, será juntado ao processo para publicação da portaria de criação da RPPN observado o prazo de três dias.  
Art.9º - Compete à Diretoria de Ecossistemas encaminhar a portaria de criação da RPPN para assinatura do Sr. Presidente do IBAMA e publicá-la no Diário Oficial da União  
§ 1º Após publicada a portaria de criação da RPPN, a DIREC juntará a mesma no processo e manterá um arquivo com cópia dos principais documentos bem como incluirá a nova reserva no Sistema Nacional de Unidade de Conservação.  
§ 2º O processo será devolvido à Superintendência de origem do processo, para que, no prazo de três dias, seja comunicado ao proprietário, por carta registrada, a publicação da Portaria de criação da RPPN no Diário Oficial da União.  
Art. 10 - A Superintendência do IBAMA realizará, pelo menos, uma vistoria técnica anual na área da RPPN.  
Art. 11 - Será nomeado, através de ordem de serviço, um técnico responsável pela criação, manejo e gestão das RPPN nas Superintendências estaduais do IBAMA.  
Art.12 No juízo de conveniência da Administração Central, as atividades previstas nesta Instrução Normativa poderão ser avocadas pela Diretoria de Ecossistemas.  
Art.13 A presente Instrução Normativa se aplica aos processos em andamento.  
Art.14 Ficam aprovados os Anexos I, II, III, IV, V que integram a presente Instrução Normativa.  
Art.15 Os casos omissos serão resolvidos pela DIREC ouvida a PROGE  
Art.16 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa nº 062, de 11 de março de 2005.  
Art. 17 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ e Tel. \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_ vem solicitar que no imóvel deno-  
minado \_\_\_\_\_ (ha) registrada no Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_ sob a matrícula/registro n.º \_\_\_\_\_, localizado no município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, seja criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada \_\_\_\_\_, com a seguinte área: \_\_\_\_\_ ha.  
Afirma estar ciente e de acordo com as restrições e usos permitidos na área a ser constituída como RPPN, como também o caráter de perpetuidade da reserva.

Proprietário(s) ou Representante Legal \_\_\_\_\_  
Recebido no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Representante do Ibama \_\_\_\_\_

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Brasília, de de 2006.  
\_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, Casado/Solteiro: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Nacionalidade: \_\_\_\_\_, Profissão: \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Te-  
lefone: \_\_\_\_\_, proprietário do imóvel denominado \_\_\_\_\_, com a área de \_\_\_\_\_ hectares, localizada no município de \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_ sob a matrícula \_\_\_\_\_, registro n.º \_\_\_\_\_, livro \_\_\_\_\_, folha ou ficha: \_\_\_\_\_, compromete-se a cumprir o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto 4.340 de 30 de outubro de 2002 e no Decreto n. 5.746 de 05 de abril de 2006 e as

demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, assumindo a responsabilidade cabível pela integridade ambiental da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada \_\_\_\_\_, com área de \_\_\_\_\_ hectares.  
A Reserva Particular do Patrimônio Natural, inicia-se no Marco ..... (inserir o memorial descritivo da RPPN).  
O proprietário deverá proceder a averbação deste termo de compromisso no Registro de Imóveis competente, que gravará a referida RPPN na matrícula do imóvel como uma Unidade de Conservação em caráter perpétuo nos termos do artigo 21 § 1º, da Lei nº 9.985, de 18 julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).  
O termo é firmado pelo proprietário e pelo Diretor de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Proprietário(s) ou Representante Legal \_\_\_\_\_  
Diretor de Ecossistemas \_\_\_\_\_

ANEXO III

RECOMENDAÇÕES PARA VISTORIA DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN

1. Caracterização da Proposta  
1.1- Nome da RPPN Proposta: \_\_\_\_\_  
1.2- Nº do processo: \_\_\_\_\_  
1.3- Nome do imóvel: \_\_\_\_\_  
1.4- \_\_\_\_\_ Endereço \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ imóvel: \_\_\_\_\_  
1.5- Município: \_\_\_\_\_ 1.6- Estado: \_\_\_\_\_  
1.7- \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ imóvel: \_\_\_\_\_ 1.8- CEP: \_\_\_\_\_  
2. Caracterização do Proprietário ou Representante Legal (Empresa) para contato  
2.1- Nome do Proprietário: \_\_\_\_\_  
2.2- CPF: \_\_\_\_\_ 2.3- RG: \_\_\_\_\_  
2.4- Endereço: \_\_\_\_\_  
2.5- Cidade: \_\_\_\_\_ 2.6- Estado: \_\_\_\_\_ 2.7- CEP: \_\_\_\_\_  
2.8- Tel.1: \_\_\_\_\_ 2.9- Tel.2: \_\_\_\_\_ 2.10- Email: \_\_\_\_\_  
3. Descrição da Reserva Proposta  
3.1- Área do Imóvel (Hectares): \_\_\_\_\_  
3.2- Área da Reserva (Hectares): \_\_\_\_\_  
3.3- Confrontantes do Imóvel : Norte: \_\_\_\_\_ Sul: \_\_\_\_\_  
Leste \_\_\_\_\_ Oeste: \_\_\_\_\_  
3.4- Os limites da Reserva estão corretamente georreferenciados? Sim ☐ Não ☐  
OBS: \_\_\_\_\_  
3.5- A área da reserva incide sobre unidades de conservação? Sim ☐ Não ☐ Próximo ☐  
Qual? Distância aproximada? \_\_\_\_\_  
3.6- Existe proposta em andamento ou estudos para criação de unidades de conservação públicas que coincide com a área da reserva em análise? Sim ☐ Não ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
3.7- A reserva incide em algum polígono prioritário do PROBIO? Sim ☐ Não ☐ Próximo ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
3.8- Existe algum empreendimento ou obra pública planejada ou em execução que tem interface com a reserva proposta? Sim ☐ Não ☐ Qual? \_\_\_\_\_  
3.9- A reserva está inserida nas áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal da propriedade. Sim ☐ Não ☐ Qual a porcentagem? \_\_\_\_\_  
4. Características Ambientais da Reserva  
4.1- Bioma: \_\_\_\_\_  
4.2- Vegetação predominante: \_\_\_\_\_  
4.3- \_\_\_\_\_ Quais os outros tipos vegetacionais presentes: \_\_\_\_\_  
4.4- Existem aspectos de relevante beleza cênica: Sim ☐ Não ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
4.5- Existem recursos hídricos no interior ou no limite da RPPN: Sim ☐ Não ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
4.6- Existem aspectos culturais ou históricos relevantes: Sim ☐ Não ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
4.7- Existem aspectos paleontológicos/arqueológicos relevantes: Sim ☐ Não ☐  
Qual? \_\_\_\_\_  
4.8- Existem registros de fauna? Sim ☐ Não ☐ Quais? \_\_\_\_\_  
4.9- Existem animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios; presença de ninhais ou áreas de reprodução. Sim ☐ Não ☐ Quais? \_\_\_\_\_  
4.10- Existem estudos sobre a fauna da região? Sim ☐ Não ☐ Quais? \_\_\_\_\_  
4.11- Existem registros/estudos sobre a flora? Sim ☐ Não ☐ Quais? \_\_\_\_\_  
4.12- Existe flora ameaçada, rara, endêmica da região? Sim ☐ Não ☐  
Quais? \_\_\_\_\_  
4.13- A RPPN possui algum tipo de habitat especial?  
☐ lago ou lagoa natural ☐ cavernas, dolinas ☐ afloramentos rochosos ☐ riachos ☐ áreas pantanosas ☐ veredas ou buritizais ☐ capões de mata ☐ outros. Quais? \_\_\_\_\_  
4.14- Existem sinais de degradação ambiental na RPPN?  
☐ pisoteio por gado ☐ corte seletivo de árvores ☐ fogo ☐ clareiras artificiais ☐ estradas ☐ plantas e animais invasores ☐ caça/captura de animais ☐ desmatamento ☐ erosão ☐ mineração ☐ assoreamento de cursos d'água ☐ outros. Quais? \_\_\_\_\_



Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6, DE 8 DE JANEIRO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 6001, de 28 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Remanejar os valores autorizados para movimentação e empenho constantes do Anexo do Decreto nº 6.001, de 28 de dezembro de 2006, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO  
(Anexo do Decreto nº 6.001 de 28 de dezembro de 2006)

R\$ Mil				
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Demais	Obrigatórias	Total
20000	Presidência da República	1.600	0	1.600
20102	Gabinete da Vice-Presidência da República	0	0	0
20114	Advocacia Geral da União	0	0	0
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.820	0	6.820
24000	Min. da Ciência e Tecnologia	222.620	0	222.620
25000	Min. da Fazenda	93.062	0	93.062
26000	Min. da Educação	50.007	0	50.007
30000	Min. da Justiça	20.000	0	20.000
32000	Min. de Minas e Energia	0	0	0
33000	Min. da Previdência Social	12.000	0	12.000
35000	Min. das Relações Exteriores	0	0	0
36000	Min. da Saúde	0	0	0
38000	Min. do Trabalho e Emprego	0	0	0
39000	Min. dos Transportes	116.002	0	116.002
41000	Min. das Comunicações	32.000	0	32.000
42000	Min. da Cultura	17.300	0	17.300
44000	Min. do Meio Ambiente	22.000	3.400	25.400
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	7.500	0	7.500
51000	Min. do Esporte	6.000	0	6.000
52000	Min. da Defesa	12.200	0	12.200
53000	Min. da Integração Nacional	54.299	0	54.299
54000	Min. do Turismo	12.300	0	12.300
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	60.000	0	60.000
56000	Min. das Cidades	24.422	0	24.422
71000	Encargos Financeiros da União	13.250	0	13.250
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	9.729	0	9.729
74000	Operações Oficiais de Crédito	1	0	1
TOTAL		793.112	3.400	796.512

(\*) Inclui Projeto Piloto de Investimentos - PPI

ANEXO II

REDUÇÃO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO  
(Anexo do Decreto nº 6.001 de 28 de dezembro de 2006)

R\$ Mil				
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Demais (*)	Obrigatórias	Total
25000	Min. da Fazenda	0	0	0
26000	Min. da Educação	0	50.057	50.057
28000	Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	0	0
32000	Min. de Minas e Energia	0	0	0
36000	Min. da Saúde	66.000	0	66.000
38000	Min. do Trabalho e Emprego	0	0	0
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	23.028	0	23.028
53000	Min. da Integração Nacional	0	583	583
54000	Min. do Turismo	0	1	1
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	665.856	665.856
56000	Min. das Cidades	0	0	0
TOTAL		89.028	716.497	805.525

(\*) Inclui Projeto Piloto de Investimentos - PPI

ANEXO III

VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO  
(Anexo do Decreto nº 6.001 de 28 de dezembro de 2006)

R\$ Mil						
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)		Obrigatórias		Total	
	Lei + Créditos ( a )	Disponível ( b )	Lei + Créditos ( c )	Disponível ( d )	Lei + Créditos ( e ) = ( a+c )	Disponível ( f ) = ( b+d )
20000 Presidência da República	1.063.795	818.862	22.075	22.075	1.085.870	840.938

4.15- Já foi realizada alguma pesquisa na RPPN proposta? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5. Características Sociais da Reserva/Imóvel

5.1 - Quais as atividades desenvolvidas no Imóvel (incluindo atividades econômicas e/ou sutentáveis)? \_\_\_\_\_

5.2 - Existem eventuais atividades poluidoras? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5.3 - Existem pressões antrópicas na RPPN? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5.4- Existem moradores na área da RPPN Sim ☐ Não ☐ Quantos? \_\_\_\_\_

5.5- Existem moradores no imóvel Sim ☐ Não ☐ Quantos? \_\_\_\_\_

5.6- Existe algum projeto sendo desenvolvido na RPPN? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5.7- Existe algum projeto sendo desenvolvido no imóvel? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5.8- Existe alguma participação/apoio de associações, ONG's, Governo? Sim ☐ Não ☐

Quais? \_\_\_\_\_

5.9- Existe alguma infra-estrutura na RPPN? Sim ☐ Não ☐

Qual? \_\_\_\_\_

5.10- Existe alguma infra-estrutura no imóvel? Sim ☐ Não ☐

Qual? \_\_\_\_\_

6. Conclusão da Vistoria

É favorável a criação da RPPN? Sim ☐ Não ☐ Justificativa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Eu \_\_\_\_\_, técnico responsável pela vistoria, me responsabilizo pela veracidade das informações descritas.

Assinatura e carimbo do técnico responsável pela vistoria	Local e data
	_____

ANEXO IV

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA torna público, em observância ao disposto no art.22, §2º e 3º , da Lei n 9.985, de 18.07.2000, e de acordo com o art. 5º, § 1º, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que está estudando as propostas de criação das seguintes Reservas Particulares do Patrimônio Natural:

1. Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada \_\_\_\_\_ com área de \_\_\_\_\_ ha de propriedade de \_\_\_\_\_, constituindo-se parte integrante da Fazenda \_\_\_\_\_, localizada no Município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_.

Maiores informações sobre a área proposta podem ser obtidos no endereço do IBAMA na internet: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br) - Link: consulta pública

Qualquer manifestação sobre o processo de criação desta unidade deve ser enviada por correio eletrônico para o endereço \_\_\_\_\_ ou por correspondência para o seguinte endereço: \_\_\_\_\_

O prazo para recebimento de sugestões e contribuições é de 15 dias a partir da data de publicação deste documento.

SUPERINTENDENTE DO IBAMA

ANEXO V

PORTARIA Nº , DE DE DE 200.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições legais previstas no art. 26, inciso V, do Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 5.718, de 13 de março de 2006, e no art. 95, item VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando as disposições da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e do Decreto nº 5.746, de 5 abril de 2006, que a regulamentou;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no processo nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_,

R E S O L V E:

Art.1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de \_\_\_\_\_ ha ( \_\_\_\_\_ hectares) denominada “ \_\_\_\_\_”, localizada no Município de \_\_\_\_\_, Estado da \_\_\_\_\_, de propriedade de \_\_\_\_\_, constituindo-se parte integrante da Fazenda \_\_\_\_\_, registrada sob o registro n.º \_\_\_\_\_ da matrícula nº \_\_\_\_\_, livro nº \_\_\_\_\_, folha ou ficha nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no Registro de Imóveis da Comarca de \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN \_\_\_\_\_, tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Área da RPPN: Inicia-se a descrição deste perímetro ..... (inserir o memorial descritivo da RPPN)

Art. 3º A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada, sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Presidente